



## CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE MINAS GERAIS

1 Ata da Ducentésima Décima Quinta Reunião Plenária do Conselho Estadual dos Direitos da  
2 Criança e do Adolescente de Minas Gerais - CEDCA/MG, realizada em sua sede, no dia **10 de**  
3 **Junho 2009**, com seu início às 09 horas e 30 minutos. Estavam presentes os seguintes  
4 Conselheiros: Fernanda Flaviana Souza Martins (Titular - SEDESE), Obedes Barbosa Soares  
5 (Titular - Grupo de Instituições Solidárias - GIS), Ananias Neves Ferreira (Suplente - Centro  
6 Voluntariado de Apoio ao Menor), Ivan Ferreira da Silva (Suplente - SEDESE), James Andris  
7 Pinheiro (Titular - OAB/MG), Hudson Roberto Lino (Titular - Associação Ágape), Amaury Costa  
8 Inácio Silva (Titular - Sindicato dos Psicólogos), Dagoberto Alves Batista (Titular - Polícia Civil),  
9 Adriana Belisário (Suplente - Associação Mineira de Reabilitação), Ronaldo Araújo Pedron (Titular  
10 - Secretaria de Defesa Social), Maria Auxiliadora Sales Gonçalves (Titular - Secretaria Estado  
11 Fazenda), Raymundo Rabelo Mesquita (Titular - Inspetoria São João Bosco), Regina Helena  
12 Cunha Mendes (Titular - Associação Profissionalizante do Menor - ASSPROM), Maria Cândida R.  
13 Jacques Gonçalves (Titular - SEPLAG), Rosemary Leite Mattos (Titular - Secretaria de Estado da  
14 Educação), Sônia Feres (Suplente - Associação Portadores de Deficiência - ARPODE), Ricardo  
15 Augusto Zadra (Suplente - Secretaria de Estado Fazenda). Presente ainda: Dra. Maria de Lurdes  
16 Santa Gema (Promotora Infância e Juventude Belo Hte), Dra Andréia Carelli (Coordenadoria das  
17 Promotorias Infância e Juventude - CAOIJ/MG). **Justificada a ausência:** Maria Aparecida dos  
18 Santos Queiroz (Suplente - Associação Papa João XXIII no Brasil), Bernardo Ferreira Gonzaga  
19 (Titular - SEDESE), Cláudia de Souza Barbosa Garcias (Suplente - CRESS - Conselho Regional  
20 de Serviço Social), Mirian Cury (Titular - Frente Sul Mineira dos Direitos da Criança e do  
21 Adolescente), Cleverson Natal de Oliveira (Titular - PMMG), Maria da Consolação Faria (Titular -  
22 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Leste II) Maria do Rosário de Castro  
23 (Suplente - Instituto de Educação e Construção da Cidadania), Nelly Costa Bittencourt (Suplente -  
24 Federação Estadual das Instituições de Reabilitação de Minas Gerais - FEBIEX), Rosilene  
25 Estevam Nazar (Titular - Convenção Batista Mineira), Gláucia Brandão (Titular - Assembléia  
26 Legislativa), Guilherme Rodrigues de Oliveira (Suplente - Secretaria de Defesa Social), João  
27 Batista de Oliveira (Suplente - Subsecretaria de Direitos Humanos - SEDESE). **Ausentes:** José  
28 Marcelo de Azevedo (Suplente - Fundação Benjamin Guimarães), Eloisa Helena Rabelo Patrus  
29 (Suplente - Secretaria Educação), André Quintão (Suplente - Assembléia Legislativa de Minas  
30 Gerais), Ilca Verneque Castro (Suplente - Secretaria da Saúde), Benedito Scaranci Fernandes  
31 (Titular - Secretaria de Estado da Saúde), Jonacir Dadalto (Suplente - Fundação CDL/BH para  
32 Desenvolvimento da Criança e do Adolescente), Ione Morais Tofanelli (Titular - Associação Nosso  
33 Guri). **Convidados:** Rosângela Gomes (Assessoria Deputada Gláucia Brandão), Maria das  
34 Graças Pedroso Bittencourt (Secretaria de Estado da Educação), Frederico Polay (Fundação João  
35 Pinheiro. A **Presidente** abriu a reunião cumprimentando a todos, conferindo o quórum e  
36 constando que apenas 10 titulares estavam presentes, sendo solicitado ao Conselheiro Ananias  
37 que assumisse a titularidade para início dos trabalhos. Feito isto passou ao primeiro ponto da  
38 pauta: aprovação da **ata** da plenária realizada no dia 21 de maio de 2009. Após consideração do  
39 Conselheiro Ricardo, na linha 119, o documento foi colocado em votação e **aprovado**. Na  
40 sequência a Presidente solicitou uma inversão nos itens da pauta, passando ao referendo dos  
41 **Projetos** a serem financiados com recurso do **FIA Nacional** (CONANDA), em edital publicado  
42 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da República e Conselho Nacional dos Direitos da  
43 Criança e do Adolescente. **Fernanda** passou a palavra ao Conselheiro Ivan, que informou que são  
44 6 projetos, sendo 3 propostos pela SEDESE e 3 pela Universidade Federal de Minas Gerais -  
45 UFMG. O Conselheiro detalhou o objeto de cada um deles, ressaltando que a linha de atuação de  
46 todos os três projetos apresentados pela SEDESE, estão de certa forma relacionados à ações já  
47 trabalhadas na área da criança e do adolescente pela CEPCAD, fortalecendo o que já está sendo  
48 desenvolvido, destacando: o enfrentamento a violência, abuso e exploração sexual contra  
49 crianças e adolescentes; garantia à convivência familiar e comunitária; fortalecimento do sistema  
50 de garantia de direitos. **Obedes** informou que esses projetos foram apreciados na reunião da  
51 Comissão de Políticas Públicas, sendo agora apresentados em plenária para referendo, uma

52 validação da proposta a ser apresentada ao CONANDA, “ao aprovarmos estaremos colocando-os  
53 na categoria de elegíveis ao edital publicado”. **São eles: 1. Projeto “De Volta para Casa”,**  
54 objetiva reflexão sobre a rede, Conselhos Tutelares, CMDCA, Ministério Público e demais atores  
55 sociais envolvidos no sistema de garantia de direitos; articular e manter a rede ativa; além da  
56 construção/ avaliação dos fluxos intersetoriais municipais. Valor solicitado ao CONANDA: R\$  
57 200.000,00. Serão realizadas oficinas para a construção dos Planos Municipais de Promoção,  
58 Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária.  
59 **Proponente:** Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDESE. Abrange municípios da região  
60 metropolitana de Belo Horizonte e outros que possuem abrigos. Trabalhar a rede de atendimento  
61 com formação dos profissionais, a questão do reordenamento, e proporcionar o desligamento das  
62 crianças e o retorno às famílias. **2. Projeto “Minas Gerais no Enfrentamento à Violência**  
63 **Sexual contra Crianças e Adolescentes - Expansão do PAIR para as Regiões do Triângulo**  
64 **Mineiro e Norte de Minas”.** Ressaltada a importância do estabelecimento de uma rede de  
65 proteção às crianças e adolescentes e prevenção das situações de abuso e exploração sexual.  
66 Serão trabalhados indicadores para as regiões citadas, com diagnóstico da região com maior  
67 índice de vulnerabilidade em Minas Gerais, valor R\$ 590.000,00. **Proponente:** Secretaria de  
68 Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE. **3. Projeto “Sistematização da Experiência do**  
69 **Projeto Promover - Rompendo Ciclos da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”,**  
70 que trabalhará a sistematização da experiência do “Projeto Promover”, para subsidiar as ações e  
71 serviços de proteção especial ao adolescente em situação de vulnerabilidade social e pessoal em  
72 regiões onde se constatam situações de risco de exploração sexual comercial. Discussão da  
73 metodologia com os operadores da rede de garantia dos direitos da criança e do adolescente da  
74 região do Vale do Jequitinhonha. As informações se tornarão critérios e indicadores para o  
75 trabalho de enfrentamento à violência sexual cometida contra crianças e adolescentes. Valor R\$  
76 94.000,00, **Proponente:** Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDESE. **4. Projeto**  
77 **“Produzindo e Disseminando Conhecimentos: Ambulatório Especial de Acolhimento e**  
78 **Tratamento de Famílias Incestuosas - AMEFI”.** O ambulatório é resultado de um convênio  
79 celebrado entre o Hospital das Clínicas da UFMG, o Departamento de Saúde Mental, a Faculdade  
80 de Medicina, e o Tribunal de Justiça. Os alunos assistirão à aula sobre o tema, Psicoterapia de  
81 Famílias Conflituosas, parte do curso de aperfeiçoamento. Os simpósios serão ampliados para  
82 mais de 150 profissionais da rede de atendimento da região metropolitana de Belo Horizonte,  
83 visando a disseminação dos conhecimentos produzidos pela AMEPI. Valor R\$ 98.735,00.  
84 **Proponente:** Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. **5. Projeto “Atendimento**  
85 **Psicológico a Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual - CAVAS”,** atendimento a  
86 crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual com sessões terapêuticas agendadas para o  
87 atendimento, dentre outras ações. Valor solicitado ao CONANDA R\$ 100.000,00. **Proponente:**  
88 Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. **6. Projeto “Sistematização e Divulgação da**  
89 **Experiência de Mobilização de Jovens na Expansão do Programas de Ações Integradas e**  
90 **Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil em Minas Gerais.** Valor  
91 solicitado ao CONANDA R\$ 99.935,50, **Proponente:** Universidade Federal de Minas Gerais -  
92 UFMG. Os seis projetos supramencionados foram colocados em votação e **aprovados**, com a  
93 abstenção da Conselheira Regina que declarou que não foi discutido anteriormente com a  
94 Assprom o projeto. Na sequência a **Presidente** passou alguns informes. Disse que a mudança da  
95 sede do CEDCA não ocorrerá no meio do ano como previsto para o Prédio da Previminas, que  
96 acontecerá definitivamente para o prédio da SEDESE no ano que vem, quando a Secretaria for  
97 transferida para a Cidade Administrativa. Informou também da realização do II Seminário sobre  
98 Trabalho Infantil em Minas Gerais, que acontecerá dia 30/06, de 8h as 17h, na PUC - BH.  
99 Informou ainda que os projetos do FIA ainda estão chegando na SEDESE (correio), que até o  
100 momento entraram cerca de 170. Relatou que o Programa **Poupança Jovem** estava sendo  
101 acompanhado no CEDCA pela Conselheira Ilca Verneque, mas que com sua saída, é necessária  
102 a indicação de outra pessoa. Pediu que os Conselheiros se manifestassem, o que não ocorreu  
103 naquele momento. Informou também que na Campanha **Proteja Nossas Crianças**, o Governador  
104 criou o Comitê de enfrentamento a violência, abuso e exploração sexual cometida contra crianças  
105 e adolescentes, solicitando que os Conselheiros que queiram participar se manifestem. Foram  
106 indicados Regina e Ivan. Logo após falou do Seminário do Programa Olho Vivo, Controle Social  
107 do Dinheiro Público, que acontecerá nos dias 19 e 20/06, na Prefeitura de Belo Horizonte. Logo  
108 após passou ao próximo ponto de pauta: **Apresentação da Pesquisa de Abrigos realizada pela**

109 **SEDESE e Fundação João Pinheiro. Frederico** (Fundação João Pinheiro) começou sua  
110 exposição falando do objetivo e metodologia empregada na realização dessa pesquisa aplicada  
111 em todo o estado de Minas Gerais para realização do censo de abrigos para crianças e  
112 adolescentes. Que o principal objetivo da pesquisa foi conhecer e listar as Instituições que  
113 prestam serviços de abrigamento em Minas Gerais para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos  
114 incompletos. Também caracterizar as Instituições, sua infraestrutura, condições de atendimento, a  
115 relação com as famílias, dentre outros dados, de forma a subsidiar o programa de reordenamento  
116 de abrigos. Também subsidiar, embasar, propor questões para formulação de políticas públicas  
117 voltadas para crianças e adolescentes nesses 360 abrigos existentes em Minas Gerais. Toda a  
118 pesquisa foi um grande desafio, e especial a logística montada para conseguir os dados, pois, os  
119 municípios são espalhados e agendar com a pessoa certa para coletar os dados não foi fácil.  
120 Falou do objetivo da construção dos instrumentos da pesquisa, uma ação conjunta e integrada  
121 entre os parceiros, SEDESE, CEDCA, CEAS, GT Mineiro - Pró Convivência Familiar e  
122 Comunitária, dentre outros. **Frederico** relatou que foram aplicadas 43 questões e 6 pré-testes, por  
123 uma equipe de recenseadores muito bem treinada. Foram encontrados 392 abrigos em 191  
124 municípios, sendo que grande parte na região metropolitana de Belo Horizonte, com a pesquisa  
125 de campo feita de setembro/08 a fevereiro/09, tendo como mês de referência novembro/08. Deste  
126 total, 03 Instituições se recusaram a responder ao questionário, e 18 enviaram com dados  
127 faltantes, como: número de crianças abrigadas no momento da pesquisa e dados sobre situação  
128 financeira da Instituição. Assim, foram entrevistados 360 abrigos, em 178 cidades. Ressaltou a  
129 importância dos dados coletados e a possibilidade de cruzamento das tabelas apresentadas,  
130 como subsídio a elaboração do Plano Estadual de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e  
131 Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Foram apresentadas aos Conselheiros ao  
132 longo da sua exposição, várias tabelas com dados estatísticos elaborados a partir das  
133 informações coletadas na pesquisa, que estará à disposição de todos em breve, tendo em vista  
134 que o trabalho será publicado. Dados como: Tipologia do abrigamento, idade, sexo, raça e tempo  
135 de abrigamento; infraestrutura dos abrigos; famílias de referência; metodologia de abordagem  
136 com as famílias; motivo do abrigamento (negligência, maus tratos, pobreza, violência doméstica,  
137 alcoolismo dos pais, etc); dentre outros. **Fernanda** ressaltou a importância dessa pesquisa, pois,  
138 até então não se tinha noção do número de abrigos existentes no Estado, “que não adiantava  
139 prosseguir com os trabalhos voltados a elaboração do Plano Estadual de Promoção e Defesa do  
140 Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, sem conhecer a  
141 situação dos abrigos”. Relatou que Minas Gerais saiu na frente, pois, nenhum Estado possui  
142 pesquisa de abrigos (censo). Que a Fundação João Pinheiro apresentou a pesquisa em Brasília, e  
143 o trabalho já é considerado referência para o MDS e a FIOCRUZ, com a troca de experiências,  
144 informações, etc. Na oportunidade sugeriu que o **Programa Família Acolhedora** fosse item de  
145 **pauta** na próxima **plenária**. A **Presidente** informou com satisfação que dia 18/05 foi autorizado o  
146 Sistema de Cadastro de Adoção pelo Tribunal de Justiça. Dra **Andréia Carelli** informou que o  
147 sistema possibilitará não só o mapeamento da situação dos abrigamentos, mas uma radiografia  
148 do Estado pelos municípios, pelos gestores municipais, que poderão acessar os dados e atuar de  
149 forma mais efetiva. Infelizmente ainda está muito no começo, que somente em Belo Horizonte há  
150 certa organização no sistema. Deve-se pressionar para que aconteça no resto do Estado,  
151 investindo no Programa Filhos do Coração, pois, o cadastro é do sistema de proteção. Dra Maria  
152 de Lurdes Santa Gema informou da ação civil pública que obriga a criação desse cadastro nas  
153 Comarcas (os Juízes preenchem formulário que permitirá ao Promotor emitir parecer sobre o  
154 caso), e pelo CPF incluir no sistema de justiça nacional (cadastro nacional de adoção). É uma  
155 política pública que deve ser implementada e monitorada nos municípios, número de vagas, etc.  
156 **Fernanda** acha importante que o gestor da assistência social também tenha acesso ao sistema.  
157 Sugeriu aos Conselheiros uma **visita** ao **Tribunal de Justiça** para discussão do assunto. Na  
158 sequência, **Maria do Céu** informou da visita feita pela Dra Maria de Lurdes ao Dr. Eugênio  
159 (Superintendente Regional Receita Estadual), para prestação de contas dos bens apreendidos  
160 pela Promotoria, e durante este encontro surgiu a idéia de oferecer aos Conselheiros do CEDCA e  
161 aos Conselhos Municipais, o programa de Educação Fiscal, a disseminação do conhecimento  
162 está prevista nos 4 cadernos (contexto social das questões tributárias, aplicação dos recursos,  
163 etc), além dos CD's e DVD's. Também o curso online (Internet) e presencial. Foi sugerida a  
164 realização de um evento, uma aula inaugural em 07/10, em sintonia com o evento do dia do  
165 Fundo Amigo. Maria do Céu informou que os Cadernos estão sendo reformulados e a 2ª edição

166 sairá em breve. **Fernanda** solicitou que a questão da divulgação do curso fosse discutida na  
167 Comissão de Apoio aos Conselhos Municipais e Tutelares. **Maria de Lourdes** informou que o  
168 CEDCA poderá se candidatar para receber estes bens apreendidos pela Promotoria, bem como,  
169 estar junto na articulação para indicação de quais outras instituições estarão aptas para serem  
170 contempladas. **Ricardo** Zadra informou que a Secretaria de Estado da Fazenda também possui  
171 Programa de Educação Fiscal, colocando desde já, este Órgão a disposição para atuar como  
172 parceira. Na sequência a **Presidente** passou ao próximo ponto da pauta: **Apresentação da**  
173 **Secretaria de Estado da Educação sobre Programas, Projetos e Atividades no Ensino**  
174 **Fundamental**. Rosemary Mattos agradeceu o espaço dado à Secretaria de Educação e  
175 apresentou a Sra. Maria das Graças, que fará a exposição do ponto de pauta. Informou que Maria  
176 das Graças está bastante inteirada do assunto, pois, atua como gerente de alguns programas  
177 desenvolvidos pelo Órgão. Com a palavra, **Maria das Graças** disse que estava feliz em estar  
178 falando um pouco das ações desenvolvidas na área da educação, informando sobre o que está  
179 acontecendo, em especial no ensino fundamental. Sabe da importância dos Conselhos Municipais  
180 de Direitos, e em especial dos Conselhos Tutelares, que são grandes parceiros das escolas.  
181 Ressaltou que ninguém é neutro no que faz, e quem está na área da educação há tantos anos  
182 como ela, é porque ama o que faz. Que a grande meta é ver toda criança de até 8 anos de idade  
183 lendo e escrevendo em 2010. Falou dos programas em desenvolvimento, Intervenção  
184 Pedagógica; Sistema de Certificação de Professores Alfabetizadores; Escola de Tempo Integral;  
185 Escola Viva; Aceleração da Aprendizagem. Ressaltou que todas as ações são importantes, mas  
186 nada valerá à pena se o aluno não estiver aprendendo. O foco é a alfabetização no tempo certo, e  
187 a intervenção pedagógica não fará sentido se o aluno não ler no tempo certo e dentro da escola.  
188 Falou da existência das avaliações, SIMASE - Sistema Mineiro de Avaliação Externa. Falou com  
189 satisfação do desenvolvimento do cadastro individual do aluno, nome por nome, por resultado da  
190 turma, por escola, podendo ser visualizado o conteúdo que o aluno sabe e o que não conseguiu  
191 aprender, tudo de forma censitária, pois, o boletim é por aluno. Falou do Programa de avaliação  
192 Proalfa e Proeb, sendo este, o 1º ano em que todos participarão, ou seja, 100% no Estado. O  
193 Proeb testa anualmente os conhecimentos de Língua Portuguesa e Matemática dos alunos das 4ª  
194 e 8ª séries do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio. O Proalfa avalia o grau de leitura  
195 das crianças do ciclo inicial de alfabetização. Com a iniciativa, Minas é o único estado que produz  
196 dados específicos sobre os níveis de alfabetização dos alunos de toda a rede pública. O Estado é  
197 precursor na construção de instrumentos de avaliação testados e aperfeiçoados, cujos resultados  
198 estão aptos a serem utilizados pelos gestores e professores na melhoria do processo de  
199 alfabetização. Falou dos resultados desse Programa ano a ano, até o 9º ano, nas disciplinas  
200 matemática e português. Foram desenhadas metas para o Estado, Regionais e para as Escolas  
201 até 2010, com um crescimento anual estimado em 6% entre 2007 e 2010. A meta é ter 81% das  
202 crianças lendo e escrevendo, quando o índice em 2006 era de 49%. Todos sabem que o desejado  
203 é a melhoria da qualidade do ensino, professores, pais, direção, colegiado, contudo, agora isto foi  
204 pactuado, e será cumprido por cada um dos envolvidos, que cada Superintendência tem sua meta  
205 a cumprir. Na oportunidade, mostrou a todos o Termo de Pactuação das metas por escola, em  
206 que colegiado Diretor escola, Diretor Superintendência e Secretária assinam. Logo após passou a  
207 estrutura organizacional dos programas, das equipes montadas para atuar na região Central e  
208 interior, informando que 58% das crianças que não sabem ler e escrever estão em Belo Horizonte,  
209 “resolvendo as dificuldades aqui acabamos por resolver o restando do interior que é bem menos  
210 preocupante”. O foco é atingir a sala de aula de todas as escolas com turmas nos anos iniciais do  
211 ensino fundamental. Que a escola não se sinta só, pois, todos têm que cumprir as metas  
212 pactuadas, ou seja, 10.000 professores, 200.000 alunos e 2450 escolas. O relatório online de  
213 acompanhamento de cada escola é feito. O material didático e pedagógico elaborado ou adquirido  
214 está disponível na Internet: Boletim pedagógico e Pró-alfa; 12 guias para professores  
215 alfabetizadores; Cantalelê (alunos de seis anos); Guias do Especialista em Educação Básica e  
216 Diretor Escolar; 07 Cadernos de Boas Práticas. Informou que a Resolução SEE 1086 de  
217 16/04/2008, Ensino Fundamental: Organização e Funcionamento vêm garantir as necessidades  
218 básicas de aprendizagem dos alunos. Duração de 9 anos, cujo ingresso acontece agora aos 6  
219 anos, no primeiro ciclo de alfabetização. A intervenção pedagógica acontece nas escolas  
220 estratégicas (1080 escolas), e não nas pequenas (500) e melhores escolas (875), pois, as  
221 estratégicas apresentam pior avaliação de desempenho externo. Já a escola de tempo integral, a  
222 implantação é gradativa, e a demanda atendida em 2008 foi de 108.392 alunos. O Projeto de

223 Aceleração da Aprendizagem - Acelerar para Vencer, é um projeto estruturador voltado ao ensino  
224 fundamental, atingindo o norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce. Já as escolas  
225 atendidas pelo Projeto Escola Viva - Comunidade Ativa, estão na região Central, onde se  
226 concentra maior violência urbana. Terminada a apresentação, a **Presidente** agradeceu às  
227 representantes da Secretaria de Educação, Maria das Graças e Rosemary Mattos, e entregou  
228 exemplar do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador  
229 Adolescente. **Fernanda** procedeu à leitura dos locais em que ainda faltam Conselheiros para  
230 palestrar, solicitando que os mesmos se manifestassem escolhendo um dos locais para participar.  
231 Nenhum Conselheiro se manifestou naquele momento, sendo que a lista com todos os locais e  
232 datas dos eventos, foi distribuída a todos para conhecimento. Agradeceu ao Conselheiro Ivan e  
233 Hudson, que estão viajando para atender a vários municípios. Na sequência foi colocada em  
234 votação a ampliação do horário da plenária para até as 13h, não havendo necessidade da reunião  
235 se estender no horário da tarde. **Proposta acatada.** Informou que agora os demais informes  
236 (organizados pela Alexandra) virão sempre digitados, de forma a facilitar o fluxo da informação em  
237 plenária. **Fernanda** informou também que aconteceu uma reunião para a conclusão da revisão do  
238 eixo defesa e responsabilização, parte integrante do Plano Estadual de Enfrentamento a Violência  
239 (evento dia 18/05), coordenada pelo Conselheiro Guilherme. Na oportunidade agradeceu a  
240 colaboração e o empenho do Conselheiro na finalização dos trabalhos, que seguirá agora para  
241 consulta pública. Na sequência, **Ananias** pediu a palavra para informar acerca do andamento do  
242 projeto de lei nº1627/2007, matéria já mencionada na plenária passada sobre a redução do  
243 percentual de 6%, da destinação do imposto de renda da pessoa física. O fato novo é que foi  
244 apresentada a emenda nº 1, que conseguiu restabelecer os 6% em vigor do percentual para o  
245 FIA, mas o autor da emenda apresentou outras propostas com valores escalonados até 2012.  
246 Resta saber se o Senado vai manter esta emenda na forma como foi apresentada. **Ronaldo** disse  
247 que daqui a pouco teremos que nos debruçar sobre este projeto de lei para estudá-lo, assim que  
248 for aprovado no Senado. Ele traz inovações no âmbito estadual, de certa forma até significam um  
249 retrocesso, sugerindo a realização de um Seminário para discutir a matéria. **Ananias** disse que  
250 talvez seja necessária a criação de uma **Comissão** específica para isto, citando o exemplo do  
251 registro dos programas previsto na legislação para os Conselhos Estaduais. É uma sistemática  
252 nova, e quando chegar a hora, teremos mesmo que nos debruçar e estudá-la. **Fernanda** sugeriu a  
253 participação da Dra. Andréia Carelli assim que esta Comissão for criada. Logo após a Presidente  
254 passou ao próximo ponto da pauta: **Conferência Estadual.** **Maria Cândida** informou que parte da  
255 programação já está concluída, com a indicação de alguns palestrantes, como Dr. Vanderlino e  
256 Dr. Armando Kosen (Promotor Rio Grande do Sul). Informou também como serão distribuídos os 3  
257 primeiros eixos na parte da tarde, a serem abordados por Dr. Vanderlino. O próximo eixo será  
258 tema da Dra. Ana (UNICEF), e o último (gestão pública) ficará com o Deputado André Quintão e  
259 Dr. Agostinho, Secretário da SEDESE. Relatou que dia 01/06 aconteceu a Vídeo Conferência, que  
260 contou com sua participação, dos funcionários da Secretaria Executiva e da Presidente do  
261 CEDCA, dentre outros. A apresentação feita pelo CONANDA foi muito proveitosa, com os  
262 Conselheiros falando eixo por eixo, além de abordar o Plano Decenal. **Fernanda** informou que ela  
263 e Ivan estão trabalhando na elaboração de uma apresentação única a ser utilizada pelos  
264 Conselheiros nas Conferências Municipais, que no máximo segunda-feira, após o feriado, todos a  
265 receberão. **Ananias** justificou que infelizmente não poderá viajar para atender aos municípios,  
266 pois, faz já parte da Comissão organizadora da Conferência Municipal de Belo Horizonte, além de  
267 estar envolvido também no processo de escolha dos Conselheiros Tutelares. **Hudson** informou  
268 que Ipatinga está com dificuldade para realizar a Conferência até 30/06, solicitando ao CEDCA  
269 autorização para fazer após o prazo e encaminhar o Consolidado. Foi informado pela **Presidente**  
270 que na plenária passado já ficou deliberado que será obedecido o prazo estabelecido pela  
271 Resolução do CEDCA, ou seja, até 30/06. Disse que até o município de Belo Horizonte, que exige  
272 uma logística muito maior para realizar sua Conferência, se adequou para fazer o evento até  
273 30/06. Ressaltou que este assunto já está vencido e a decisão tomada, tendo sido inclusive  
274 comunicada ao CONANDA. **Walter** disse que a Secretaria precisa de certeza para trabalhar, que  
275 as regras não podem mudar a todo o momento. Finalizou informando que todas as informações  
276 da Conferência Estadual já estão no site. **James** solicitou que as informações da Conferência  
277 Estadual sejam mais socializadas, que o evento deve ter a cara do Conselho. **Maria Cândida**  
278 respondeu que em todas as plenárias a Comissão organizadora passa todas as informações e  
279 decisões tomadas pelo grupo. **Fernanda** pediu à técnica da Comissão organizadora, Zuleide, para

280 imprimir a logomarca do evento e distribuir a todos para conhecimento. Pediu também que os  
281 relatórios das reuniões sejam encaminhados por e-mail a todos os Conselheiros. **Maria Cândida**  
282 finalizou o relato da Comissão informando que o próximo passo é a elaboração do Regimento  
283 Interno. **Ricardo** Zadra pediu a palavra para cobrar a falta do relato das Comissões na pauta,  
284 pois, gostaria de passar algumas informações sobre o grupo de comunicação. Sem nenhum  
285 assunto mais a tratar, encerrou-se a reunião às 13h e 10min, e eu Ana Rita lavei a presente ata  
286 que se aprovada será assinada pelos Conselheiros presentes à reunião.

287  
288 Belo Horizonte, 17 de Junho de 2009.